

QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Observando o que dispõe o art. 109 da Constituição Federal de 1988 a respeito da competência da Justiça Federal, assinale a opção abaixo em que não compete ao juiz federal processar e julgar o feito:

- A) as ações ajuizadas por correntista do Banco do Brasil contra a referida instituição financeira.
- B) a disputa sobre direitos indígenas.
- C) os mandados de segurança em que figurem como autoridade coatora dirigente de faculdade particular.
- D) as ações em que o INSS for interessado, seja na condição de autor e/ou de réu.

2) No que tange aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, conforme o disposto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado.
- B) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
- C) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização do Poder Público, e desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- D) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

3) De acordo com os critérios doutrinários, dentre outras classificações, a Constituição Brasileira de 1988 pode ser classificada como:

- A) promulgada, escrita, sintética, formal, dogmática, rígida, eclética.
- B) outorgada, escrita, analítica, material, dogmática, rígida, ortodoxa.

- C) promulgada, escrita, sintética, formal, histórica, rígida, eclética.
- D) promulgada, escrita, analítica, formal, dogmática, rígida, eclética.

QUESTÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

4) De acordo com o artigo 37, inciso XIX, da CF/88, assinale a alternativa CORRETA:

- A) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a criação de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- B) Somente por lei poderá ser criada autarquia e autorizada a criação de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, em todos os casos, definir as áreas de sua atuação.
- C) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e fundação e autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista, cabendo à lei, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.
- D) Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

5) Assinale a alternativa que contém os requisitos do ato administrativo:

- A) Presunção de legitimidade, autoexecutoriedade, imperatividade.
- B) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- C) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- D) Proporcionalidade, razoabilidade e discricionariedade.

6) Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão

de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

O enunciado acima corresponde a qual dos poderes da administração:

- A) Poder Hierárquico.
- B) Poder de polícia.
- C) Poder disciplinar.
- D) Poder regulamentar

QUESTÕES DE DIREITO CIVIL

7) Analise os itens a seguir e assinale a alternativa CORRETA:

I - Em observância ao princípio da continuidade, em regra, a lei não tem um prazo certo para vigorar, permanecendo em vigor enquanto não for modificada ou revogada por outra.

II - Ocorre derrogação quando a lei nova regula inteiramente a matéria da lei anterior, ou quando existe incompatibilidade entre as leis. Nestes casos a norma anterior perde sua eficácia na totalidade.

III - Tem-se ab-rogação quando se torna sem efeito apenas uma parte da lei ou norma, permanecendo em vigor todos os dispositivos que não foram modificados.

- A) Todas estão corretas.
- B) Apenas I está correta.
- C) Apenas II e III estão corretas.
- D) Apenas III está correta.

8) De acordo com o Código Civil, a respeito das Pessoas Naturais é correto

afirmar que:

- A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos e aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir a sua vontade.
- B) Os indígenas são relativamente incapazes para o exercício de certos atos ou a maneira de os exercer.
- C) a morte presumida pode ser declarada, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- D) A incapacidade cessará para os menores pela colação de grau em curso profissionalizante.

9) É inerente ao ser humano que possui personalidade jurídica. É a aptidão genérica para adquirir direitos e contrair deveres, ou seja, de ser sujeito de direitos e deveres na ordem privada.

O enunciado acima se refere:

- A) Capacidade de fato ou exercício.
- B) Capacidade de direito ou de gozo.
- C) Capacidade postulatória.
- D) Legitimação.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

10) Assinale a assertiva INCORRETA:

- A) O princípio do juiz natural contempla a regra constitucional segundo a qual não haverá juízo ou tribunal de exceção, bem como a que afirma que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente.
- B) A vedação de decisão-surpresa é regra corolária do princípio da cooperação no modelo participativo de processo.

C) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

D) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Constituição Federal.

11) Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos, EXCETO:

A) em que o exija o interesse público ou social.

B) que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes.

C) em que constem dados protegidos pelo direito constitucional à intimidade.

D) se assim requerido pelas partes, independentemente da fundamentação.

12) Analise as proposições abaixo e marque a alternativa correta:

A) Nos termos da teoria da asserção, o momento de verificação das condições da ação se dá no primeiro contato que o julgador tem com a petição inicial, ou seja, no instante da prolação do juízo de admissibilidade inicial. Assim, as condições da ação devem ser avaliadas *in status assertionis*, ou seja, no limite do que está descrito na petição inicial.

B) Há interesse de agir da segurada que, diretamente na esfera judiciária, ingressa com ação visando obter benefício previdenciário, ainda que não tenha feito o prévio requerimento na via administrativa, haja vista a inafastabilidade do acesso à jurisdição, constitucionalmente prevista.

C) O juiz conhecerá de ofício da ausência de legitimidade ou de interesse processual, inclusive após o trânsito em julgado.

D) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. Tal regra consubstancia a denominada sucessão

processual.

13) Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da modificação da competência:

- A) Reputam-se conexas duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido e a causa de pedir.
- B) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- C) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- D) Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

QUESTÕES DE DIREITO PENAL

14) Com relação à aplicação da lei penal assinale a alternativa correta:

- A) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos extrapenais da sentença condenatória.
- B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto aos decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- C) A lei excepcional ou temporária, embora, decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- D) De acordo com o Código Penal, considera-se praticado o crime no momento da produção do resultado.

15) Marque a assertiva INCORRETA:

- A) Crimes comuns são aqueles que podem ser praticados por qualquer pessoa, não exigindo, o tipo penal, nenhuma condição especial do sujeito ativo.
- B) Crimes próprios são aqueles em que o tipo penal exige uma situação fática ou jurídica diferenciada por parte do sujeito ativo.
- C) Crimes de mão própria são aqueles que somente podem ser praticados pela pessoa expressamente indicada no tipo penal.
- D) Os crimes de mão própria dividem-se em puros e impuros. No primeiro, a ausência da condição imposta pelo tipo penal leva à atipicidade do fato e, no segundo, a exclusão da especial condição do sujeito ativo acarreta a desclassificação para outro delito.

16) Assinale a alternativa correta no que tange ao tema Eficácia da Lei Penal no Tempo.

I – Se a lei penal é aplicada a fatos que ocorreram antes da sua entrada em vigor ocorre a denominada retroatividade da lei penal; se aplicada a fatos posteriores a sua revogação ocorre a chamada ultratividade da lei penal.

II – Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. Nesse sentido, se o agente é menor de 18 anos na data do fato, a ele serão aplicadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo que venha a completar a maioridade quando do resultado.

III – A lei penal mais grave aplica-se ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência. Referida disposição não se aplica aos crimes continuados.

- A) I, II e III estão corretas.
- B) Apenas a II é correta.
- C) Apenas I e II são corretas.

D) Apenas a III é correta.

QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

17) Tratando-se de infração continuada ou permanente, praticada em território de duas ou mais jurisdições, a competência firmar-se-á:

- A) Pelo local do último ato de execução.
- B) Pelo local de domicílio ou residência do réu.
- C) Pelo domicílio da vítima do delito.
- D) Pela prevenção.

18) De acordo com o Código Penal considera-se praticado o crime no lugar:

- A) no local em que ocorreu o resultado.
- B) em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- C) no local da ação ou omissão.
- D) nenhuma das alternativas anteriores.

19) Assinale a alternativa INCORRETA a respeito da citação no processo penal.

- A) Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.
- B) A citação inicial far-se-á por mandado, quando o réu estiver no território sujeito à jurisdição do juiz que a houver ordenado.
- C) Não sendo encontrado o acusado, será procedida a citação com hora certa.
- D) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

QUESTÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO

20) São modalidades de suspensão do crédito tributário, EXCETO:

- A) moratória.
- B) o depósito do seu montante, ainda que parcial.
- C) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
- D) o parcelamento.

21) De acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação INCORRETA:

- A) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, titular da competência para exigir o seu cumprimento.
- B) Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
- C) Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- D) Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

22) Conforme dispõe a Lei n. 6.830/80, nas execuções fiscais a petição inicial indicará apenas:

- I - o juiz a quem é dirigida.
- II - o pedido.
- III - o requerimento para a citação.

- A) Apenas I e II estão corretas.
- B) Apenas II e III estão corretas.
- C) Apenas I e III estão corretas.
- D) Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÕES DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO

23) De acordo com a Lei n. 8.213/91, são beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I – o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

II – os pais.

III – o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

IV – o filho, até 24 (vinte e quatro) anos de idade, caso seja estudante universitário

Está correto apenas o que se afirma nos itens:

- A) I, II e IV.
- B) III e IV
- C) I, II e III.
- D) Todas as alternativas estão corretas.

24) Independe de carência a concessão das seguintes prestações, com exceção do(a):

- A) pensão por morte.

B) auxílio-doença, em qualquer hipótese.

C) salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa e empregada doméstica.

D) auxílio-acidente.

25) Analise as afirmações abaixo e marque a alternativa que está em desconformidade ao disposto na Lei n. 8.213/91:

A) Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

B) Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício, exceto do auxílio-acidente.

C) A dependência econômica dos pais hipossuficientes, em relação aos seus filhos segurados da Previdência Social, é presumida, ou seja, independe de prova.

D) O auxílio-acidente mensal corresponderá a cinquenta por cento do salário-de-benefício e será devido, observado o disposto no § 5º, até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado.

GABARITO PARA CORREÇÃO

1	A	10	D	19	C
2	C	11	D	20	B
3	D	12	A	21	A
4	D	13	A	22	D
5	B	14	C	23	C
6	B	15	D	24	B
7	B	16	C	25	C
8	C	17	D		
9	B	18	B		